

SALVAR CORPOS, FORJAR A RAZÃO

Meily Assbú Linhales*

.....

FERREIRA, Maria Manuela. *Salvar corpos, forjar a razão: contributo para uma análise crítica da criança e da infância como construção social em Portugal (1880– 1940)*. Lisboa: Instituto de Inovação Cultural, 2000. 248p.

Um trabalho de bricolagem. É assim que a professora Maria Manuela Ferreira apresenta o seu estudo que, ao abordar uma construção social da infância em Portugal, dialoga com o processo de modernização dos séculos XIX e XX. A partir da infância, algumas dimensões na vida urbana como a família, a instituição médica, a escola, as relações de gênero, os processos de socialização ou a alimentação das crianças são abordadas e problematizadas. Esses temas são apresentados no tensionamento que produzem entre os “discursos do saber” e as “práticas sociais”, ao mesmo tempo

em que são produzidos neste mesmo contexto que constrói conceitos e definições para *infância e criança*. As crianças e seus corpos, as crianças e a produção de uma racionalidade lógica e instrumental. A infância como uma explicitação discursiva de que as crianças são distintas dos adultos em vários atributos.

Para a organização de seu percurso de pesquisa, a autora esclarece a

* Professora da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG e doutoranda da Faculdade de Educação da UFMG.

centralidade de dois guias de fontes: o trabalho da Associação Protetora da 1ª Infância, que produziu, em 1954, a *Biblioteca da 1ª Infância*, e o trabalho de Antônio Nóvoa, *A imprensa de educação e ensino: repertório analítico (séculos XIX e XX)*. Essas obras foram balizadoras na seleção do material delimitado para análise: imprensa periódica, Revistas Médicas, Revistas de Educação e Ensino, dissertações acadêmicas produzidas por médicos, congressos e conferências médicas, peças de propaganda, revistas de medicina veterinária, legislação. Talvez seja possível falar de uma busca previamente orientada às fontes primárias. Um conjunto metodológico que revela um profícuo diálogo entre a sociologia e os estudos históricos que, em Portugal, tratam também da infância face ao processo civilizador. As pesquisas produzidas no âmbito da História da Educação por Antônio Nóvoa, Rogério Fernandes e Antônio Candeias são referências de percurso. Seria possível esperar um tratamento mais pormenorizado das fontes primárias? Talvez sim. Mas o seu propósito é outro: a construção de categorias sociológicas de análise da infância, o que fez de forma primorosa. Em sua análise crítica, a autora produz também um desafio à sociologia: que este campo deixe de tratar a infância como faixa etária e a criança como um vir-a-ser,

reconhecendo ambos como conceitos complexos produzidos como processos sócio-históricos.

Este estudo expressa possibilidades para uma parceria entre a história e a sociologia, estabelecida como relação de complementaridade. Campos científicos dos quais a educação não pode prescindir, ao mesmo tempo em que já tem muito a oferecer.

Ao entrar nessa trama, o estudo produz uma crítica e busca esclarecimentos para um possível campo conceitual, delimitando orientações metodológicas para uma reflexão de tipo sociológico, que seja capaz de assumir a infância como “agente de desenvolvimento”. Uma posição arriscada, reconhece a autora. Diante de tal constatação e tendo como meta uma produção sociológica capaz de “dar voz” às crianças, a autora preferiu optar por um caminho mais “prudente e tateante”: dar conta das relações estabelecidas entre adultos e crianças em um determinado contexto histórico-social localizado temporal e espacialmente: Portugal, em especial sua porção urbana, nas cidades de Lisboa e Porto, no momento em que se constrói a Nação Republicana (1880 – 1940).

Cenário e texto de uma modernidade fundada no iluminismo e vulgarizada por uma *inteligência* formada por uma classe estudiosa de médicos, jornalistas,

advogados, professores e escritores que advogavam uma nova mentalidade cidadã, racional e laica que, pautada no cientismo e no positivismo, fosse capaz de livrar os homens do obscurantismo. Nessa sociedade organicamente interpretada, a educação ocupa o lugar de “motor de ascensão social” que, ao atingir as crianças, atingiria também as suas famílias, integrando todos os indivíduos à nova ordem, transformando os homens em cidadãos.

A partir do binômio SALVAR CORPOS... FORJAR A RAZÃO, a autora constrói um conjunto argumentativo capaz de escrever a construção social da infância em Portugal a partir da constatação e posterior análise de dois indicadores sociais básicos que circulavam no período: a mortalidade infantil e a falta de educação (e / ou má educação) das crianças.

No final do século XIX, ao elegerem esses como problemas principais, os intelectuais portugueses começam a se ocupar das crianças, problematizar o seu abandono, a sua má educação, o trabalho infantil, as suas doenças e enfermidades. Segundo a autora, o que se processa é, fundamentalmente, uma “mudança na sensibilidade do mundo adulto”, expressa pela quantidade de discursos proferidos e pelo modo como tais idéias são formuladas: relação entre os problemas que afligem as crianças e as suas condições

familiares, desocultação da heterogeneidade, expressão dos problemas como fatos coletivos e, principalmente, a constatação de que a infância miserável expressava-se como uma provocação ao tão celebrado ideário de igualdade, fraternidade e liberdade.

O que se constata é que o período produz o processo de “desnaturalização do olhar” sobre a infância. Esse olhar mais apurado também vem singularizar a infância em relação ao mundo adulto: todas as crianças de Portugal encontravam-se vulneráveis à mortalidade e aos preceitos da falta (ou do excesso) de educação. Algumas morrendo de fome, outras por serem empanturradas de comida, vinho...

É assim que o período em questão vai se ocupar do projeto civilizador posto em curso. E é assim, desvelando discursos e práticas, que a Professora Maria Manuela Ferreira vai construindo uma leitura sociológica de um tema que, segundo ela, é ainda pouco afeito aos sociólogos: a infância, sobretudo das crianças de 0 a 6 anos, freqüentemente ignoradas como atores sociais, na medida em que a idade — embora seja uma informação freqüente em enquetes sociológicas — apresenta-se como uma variável não definida sociologicamente.

Como os discursos se produzem e se transformam socialmente, o estudo revela

que, para dar conta da mortalidade infantil e da falta de educação das crianças, o mundo adulto dos cientistas e dos políticos vê-se diante da contingência de produzir uma realidade social, e nela uma infância, capazes de expressarem-se na eficácia do corpo e da razão.

SALVAR OS CORPOS... A CONSTRUÇÃO MÉDICA

Superar os elevadíssimos índices registrados de mortalidade infantil significou produzir um discurso e um conjunto de prescrições e práticas capazes de salvar os corpos. A medicina consolida seu lugar social pelo *corpus* de conhecimento produzido, por fazer circular esse conhecimento, por legitimar a figura social dos médicos, e em especial dos pediatras e puericulturistas. A proposição é tornar a higiene um princípio de regulação pública e privada. Assim sendo, profilaxia e salubridade organizam as novas representações sobre corpo, vestuário, alimentação, espaço urbano e demografia. É o higienismo estatístico que revela a saúde pública como um problema social. Nesse cenário, cuidar dos corpos infantis torna-se uma prioridade para uma intervenção eficaz.

A pediatria, através da puericultura, toma para si uma missão educativa de caráter civilizacional na medida em que os médicos assumem o lugar de

produtores de uma nova ordem sociocultural. Um argumento central entra em circulação: com um corpo melhor constituído e sendo acompanhada em seu processo de "criação", a criança estará em melhores condições para receber a verdadeira educação, a educação da razão e da moral.

Nessa "cruzada civilizadora" a casa é o centro, a mulher / mãe é o agente e a criança o Objeto. Maternidade e amamentação, temas centrais de um discurso médico que vem reforçar a idéia de que a mulher não deve ser outra coisa senão mãe, sendo de sua responsabilidade evitar os problemas congênitos, alimentares e infecciosos causadores da mortalidade. Tornar as mães "conscientes" e "esclarecidas" visava, na verdade, "vigia-las"...

Enfim, a autora evidencia com propriedade a trama social na qual, para salvar o corpo da morte precoce, o discurso médico reforça o ideário da família nuclear burguesa, defendendo a presença da mãe no lar a cuidar de seus filhos. Para Maria Manuela Ferreira, esta é uma das tônicas da modernidade, com reflexo no campo médico e no campo assistencial. O médico torna-se pedagogo, na medida em que assume a tarefa de prescrever e orientar a relação da boa mãe com a criança.

FORJAR A RAZÃO...

A CONSTRUÇÃO PSICOPEDAGÓGICA

Movida pelo ideário da construção do “homem do futuro”, a pedagogia inicia, no período analisado, um processo de identificação das necessidades fundamentais na educação das crianças. A autora destaca que, na condição de alicerce da República, a educação tinha como principais metas tirar as crianças dos padres e das famílias, entregando-as à escola pública, gratuita, obrigatória e laica.

O grande diferencial é o irromper da psicologia, que se apresenta, então, como a “teoria científica da criança”, como uma ciência que observa, experimenta, mede, classifica e produz seriações. Na busca de uma legitimidade científica, o debate no campo passa a ser justificado pela necessidade de produção de padrões de normalidade para o desenvolvimento. Estes, por decorrência, enfatizam as pretensões de intervenção da pedagogia como prevenção e antecipação dos processos de desenvolvimento infantil.

O estudo em questão possibilita-nos acompanhar passo a passo a produção dessas representações sociais fundantes no discurso pedagógico do século XX: a criança é ativa e inteligente, porém, incompleta, um *vir-a-ser*, que pode ser quantificado e fixado em uma métrica psicopedagógica. Esse ditame do

denominado Movimento Regenerador da Educação transcende a escola, fazendo circular na sociedade a ênfase na educação da razão, componente fundamental ao novo ciclo e ao progresso social.

A escola proposta para as crianças pequenas é um lugar de educadoras, “intérpretes dos interesses das crianças”. Um espaço “naturalmente” adaptado à infância, funcionando como um forte mecanismo de disciplinarização dos corpos e um tempo escolar esquadrihado pelas prescrições médicas e psicológicas. Uma educação dos sentidos, destaca a autora, pautada no arbítrio cultural e na civilização das emoções e sensibilidades, onde o brincar torna-se “recurso de jardinagem”; jogo útil, orientado pela lógica econômica e social.

O estudo evidencia, entretanto, que esta educação pública infantil em Portugal não passou de uma ficção, na medida em que a criação da “Obra das Mães para a Educação Nacional”, em 1936, fez cair por terra o projeto modernizador. Uma reversão conservadora do Estado Novo, que restabeleceu os laços entre a família e a escola: reapresentação social da mulher como naturalmente habilitada para a condição de mãe-educadora, fortalecimento de um sistema assistencial para a guarda das crianças pobres e incentivo à consolidação de um sistema privado de Educação Infantil para os ricos.

Qualquer semelhança com o Brasil não deve ser tomada como mera coincidência! Nestes termos é que se justifica apresentar aos educadores brasileiros este livro que, embora editado em Portugal em dezembro de 2000, só recentemente começa a circular entre nós. Esta pesquisa nos desafia à produção de estudos comparados.

Data de recebimento: 15 de junho de 2003

Data de aprovação: 20 de junho de 2003